

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOS
CIDADÃOS ESTRANGEIROS E REQUERENTES DE ASILO NOS CENTROS DE DETENÇÃO
EM PORTUGAL**

As entidades signatárias reconhecem a importância do respeito pelos direitos e a dignidade de todos os cidadãos estrangeiros detidos em Centros de Instalação Temporária (CIT) e Espaços Equiparados (EECIT).

Reconhecem, ainda, a importância da assunção de compromissos concretos que contribuam para a concretização deste objetivo:

1 - Melhorar as condições de detenção nos CIT e EECIT: as entidades signatárias comprometem-se a trabalhar em conjunto no sentido de melhorar as condições de detenção dos CIT e EECIT, com o objetivo de tornar estes espaços mais humanos.

2 - Respeitar a Dignidade Humana, Vida e Integridade dos cidadãos estrangeiros detidos: as entidades signatárias reconhecem a dignidade inerente de todos os seres humanos e comprometem-se a tratar cada cidadão estrangeiro detido com respeito, compaixão e empatia;

3 - Combater a criminalização das migrações irregulares: as entidades signatárias reconhecem a condição de vulnerabilidade em que se encontram os cidadãos estrangeiros detidos por motivos meramente administrativos, comprometendo-se a combater todas as formas de criminalização das migrações irregulares e de discriminação nos CIT e EECIT;

4 - Promover os Direitos Humanos dos cidadãos estrangeiros detidos: as entidades signatárias reconhecem a importância do acesso a informação, apoio social, legal, médico (incluindo cuidados de saúde mental), medicamentoso, espiritual e emocional por parte dos cidadãos estrangeiros detidos e comprometem-se a colaborar em iniciativas que contribuam para concretização destes apoios nos CIT e EECIT;

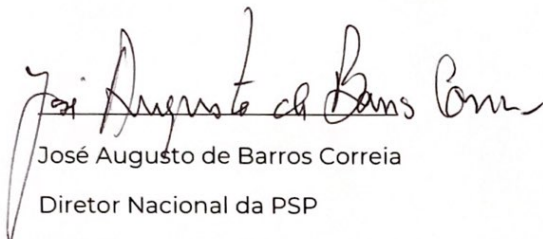
5 - Assegurar a formação adequada dos funcionários que trabalham nos centros de detenção: as entidades signatárias reconhecem a necessidade de promover a formação dos seus colaboradores em matéria de Direitos Humanos, questões migratórias, culturais e religiosas, bem como na identificação de vulnerabilidades e situações de abuso.

6- Colaborar na promoção de alternativas à detenção: as entidades signatárias reconhecem a importância e urgência da criação de projetos-piloto na área das alternativas à detenção e comprometem-se a trabalhar em conjunto em futuras iniciativas que promovam o respeito pelo princípio da detenção como medida de *ultima ratio*.

As entidades signatárias reconhecem que, apesar da presente declaração não as vincular juridicamente, a mesma representa um compromisso para com os princípios e valores aqui refletidos.

Assinado em Lisboa, aos 06 de maio de 2024, no âmbito do projeto "Monitoring Detention – Detention Under the Spotlight", financiado pela OAK Foundation.

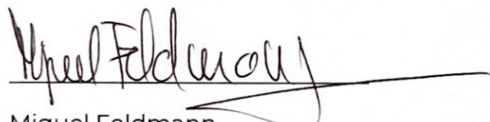
Pela Polícia de Segurança Pública,


José Augusto de Barros Correia
Diretor Nacional da PSP


Pela Organização Internacional para as Migrações,


Vasco Malta
Chefe de Missão da OIM Portugal

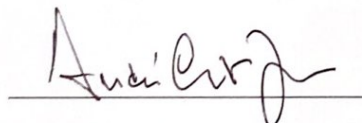
Pela Provedoria de Justiça,


Miguel Feldmann
Coordenador do Mecanismo Nacional de Prevenção

Pela Médicos do Mundo,


Carla Paiva
Diretora-Geral da Médicos do Mundo em Portugal

Pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados,


André Costa Jorge
Diretor-Geral do JRS Portugal